

# Cruz apóia posição dos ministros

O general Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do SNI e ex-comandante militar do Planalto, apoiou ontem a reação dos ministros militares contra a retirada da destinação constitucional das Forças Armadas, proposta pela Comissão de Estudos Constitucionais.

Em carta enviada ontem ao **CORREIO BRAZILIENSE**, Newton Cruz destacou que, "bem antes da posição dos ministros militares", protestou contra a proposta. Para ele, "as esquerdas estão dominando o nosso País" e a comissão, "cujo funcionamento violenta a autonomia entre os poderes da União, não foge à regra geral".

↙ Eis a carta do general Newton Cruz:

“Leio no **CORREIO BRAZILIENSE**, edição de 10 de junho, notícia sobre o consenso entre os ministros militares (Marinha, Exército e Aeronáutica) e mais os chefes do SNI, do EMFA e do Gabinete Militar, no sentido de que seja mantida a atual destinação constitucional das Forças Armadas.

Agrada-me a reação dos ministros que, certamente, saberão dar coerência à sua opinião através do Comandante Supremo das Forças Armadas, que, circunstancialmente, é o responsável pela existência da comissão cuja decisão contestam.

Econtrava-me no Rio de Janeiro quando tomei conhecimento das conclusões da Comissão de Estudos Constitucionais relacionadas com as Forças Armadas e Polícias Militares. Protestei pela imprensa, sendo o meu protesto divulgado a 31/05/86, sem antes, portanto, da posição dos ministros militares ora divulgada.

As esquerdas estão dominando o nosso País, seja pela ação dos esquerdistas mantidos em postos governamentais, seja pelas idéias esquerdizantes amplamente difundidas e aceitas como inexoráveis modismos da triste época que vivemos.

A Comissão de Estudos Constitucionais, sob a presidência do Sr. Afonso Arinos, cujo funcionamento violenta a autonomia entre os Poderes da União, não foge à regra geral. O que de pior poderia acontecer, em termos de sugestões dessa comissão, já aconteceu ao propor que seja modificada a destinação constitucional das Forças Armadas.

Diz a atual Constituição que "as Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem". Decidiu a comissão: "As Forças Armadas destinam-se a assegurar a independência e a soberania do País, a integridade de seu território e os poderes constitucionais".

Neste momento da vida nacional, caracterizado pela inobser-

vância generalizada das leis e pela desordem que se alastra impunemente, a comissão retira das Forças Armadas a obrigação constitucional de garantir a lei e a ordem. Aprovada a sugestão, será derrubada a última barreira à implantação de um estado anárquico.

Dispõe a comissão, de forma subliminar, que as Forças Armadas nada mais terão a ver com a segurança interna, passando a cuidar apenas da segurança externa, objetivo de longa data perseguido pelos comunistas.

Que Deus ilumine os constituintes para que tais idéias não sejam inseridas na Constituição e que dê ânimo ao presidente Sarney para não encampar a proposta da comissão que ele indevidamente nomeou.

Ao mesmo tempo que retira das Forças Armadas a obrigação de defender a Pátria e garantir a lei e a ordem, a Comissão de Estudos Constitucionais atribui a manutenção da ordem pública e a proteção da incolumidade das pessoas e do patrimônio à polícia civil. Extingue as polícias militares. E o povo que, justamente, reclama da segurança pública — por cujas deficiências não são responsáveis as polícias militares (nem as polícias civis), mas os maus governantes que as comandam e as empregam mal — prepara-se para reclamar muito mais, se prevalecerem as sugestões da Comissão de Estudos Constitucionais.

Pelo menos a comissão foi coerente: decidiu mal sobre as Forças Armadas, persistiu no mal ao decidir sobre as polícias militares, foi maleficamente coerente.

Hoje, 10 de junho, é o Dia da Artilharia, data de nascimento do patrono da Arma, Emilio Luiz Mallet. Ainda jovem, oficial subalterno, Mallet foi banido do Exército por razões políticas. Voltou 20 anos depois, moralmente justificado, mas no mesmo posto de duas décadas atrás. A partir daí — aço velho, de tempo forte —, recompôs toda a carreira militar, até o posto de Marechal, à custa de excepcionais serviços na paz e na guerra. Tornou-se o símbolo da Artilharia brasileira.

Quem sou eu para comparar-me a Mallet? Apenas nele me inspiro, fui também afastado do Exército, não como jovem tenente, mas como velho general, após 44 anos de serviços à Pátria. Não me julgo fora do Exército, nem, tenho certeza, nele o Exército me julga um corpo estranho. Que posso fazer, entretanto, para manter-me fiel ao passado, que outros quiseram interromper mas que eu luto para dar-lhe continuidade? Falar e escrever, para alertar, protestar e, até mesmo, quando for o caso — que hoje considero muito raro — para elogiar. É uma forma de prestar serviços, assim espero.”